

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Liggêro Seguradora S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Liggêro Seguradora S.A. (“Seguradora Liggêro S.A.” ou “Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis relevantes e demais informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora Liggêro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas requeridas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:

Seguradora em fase pré-operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, chamamos a atenção para o fato de que a Liggêro Seguradora S.A. permanece em fase pré-operacional, encontrando-se em processo de consolidação de suas atividades desde a autorização para início de funcionamento, concedida pela Portaria Diore/SUSEP nº 75, de 25 de Agosto de 2025. Durante esse período, até que a Seguradora alcance maior maturidade operacional e geração recorrente de resultados por meio da expansão de sua carteira de seguros, os investimentos necessários ao desenvolvimento do negócio têm sido suportados por aportes de seus acionistas, bem como pela implementação e estruturação de processos internos, sistemas, modelos de subscrição e canais comerciais. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos:

Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Moore VR Auditores e Consultores S/S
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907
Edifício João Carlos Saad
Brasília/DF - CEP 70070-120
Tel.: 55 (61) 3223 6098
www.moorebrasil.com.br

Comunicamo-nos com a administração da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES LTDA

CRC DF 002962/F

CVM 12807

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti

Contador CRC DF 018838/O-0

CNAI 2563

LIGGÊRO SEGURADORA S.A.

CNPJ 60.436.959/0001-04

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Relatório da administração.....	3
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	8

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração as demonstrações financeiras da Seguradora Liggero S.A., relativas ao exercício de 2025, apuradas com base na regulamentação vigente.

A Seguradora Liggero S.A. foi constituída em 08 de maio de 2025, sendo autorizada a operar no mercado de seguros de danos e pessoas a partir de 25 de agosto de 2025, de acordo com a Portaria SUSEP nº 75.

A Seguradora Liggero S.A. segue com as ações de estruturação de sua operação de forma organizada com o objetivo de iniciar suas atividades comerciais e de emissão de apólices em 2026. Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de seguros de danos, no segmento S4, em todo o território nacional.

Governança corporativa

A Seguradora Liggero S.A. está iniciando suas atividades desde já com foco constante em aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e combate a fraudes.

Perspectiva

A Seguradora Liggero S.A. possui expectativas para início de emissão de suas apólices em 2026 com foco em estruturação das atividades e crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro, aprimorando seus processos internos, sistemas e estrutura de governança.

Agradecimentos

Ao encerrarmos o exercício de 2025, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados, aos consultores por acreditaram e participaram da construção da Seguradora Liggero S.A. e aos reguladores, pela supervisão e orientações prestadas.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2026

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

LIGGÊRO SEGURADORA S.A.
CNPJ 60.436.959/0001-04
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/202	Passivo	Nota	31/12/202
	s	5		s	5
Circulante		5.254	Circulante		<u>82</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	31	Obrigações a pagar - fornecedores	8	13
Títulos e valores mobiliários	6	5.096	Impostos e encargos sociais a recolher	9	2
Créditos das operações com seguros	7	127	Impostos e contribuições	10	67
Títulos e créditos a receber		127			
			Total do passivo circulante		<u>82</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.254</u>	Patrimônio líquido	11	5.172
			Capital social		5.016
			Reserva legal		8
			Reservas de lucros		148
			Total do patrimônio líquido		<u>5.172</u>
Total do ativo		<u><u>5.254</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>5.254</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

LIGGÊRO SEGURADORA S.A.
CNPJ 60.436.959/0001-04
Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>
Despesas administrativas	12a	(116)
Despesas com tributos	13b	(120)
Receitas financeiras	14c	456
(=) Resultado antes dos impostos e participações		220
Imposto de renda	13	(40)
Contribuição social	13	(24)
Lucro líquido do exercício		156
Quantidade de ações		5.016.072
Lucro por ação - R\$		0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

LIGGÊRO SEGURADORA S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>
Lucro líquido exercício	156
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente	156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

LIGGÊRO SEGURADORA S.A.
CNPJ 60.436.959/0001-04

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de Capital em Aprovação</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da empresa		5.016			-	5.016
Homologação do Capital Social:						
Portaria Diore/Susep nº 75 de 25.08.2025	5.016	(5.016)	-		-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-		156	156
Reserva legal	-	-	8		(8)	-
Reservas de lucros	-	-	-	148	(148)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>5.016</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>148</u>	<u>-</u>	<u>5.172</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

LIGGÊRO SEGURADORA S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do exercício	156
Variação nas contas patrimoniais:	
Títulos e valores mobiliários	(5.096)
Créditos das operações com seguros	(127)
Títulos e créditos a receber	(0)
Obrigações a pagar	13
Impostos, encargos e contribuições sociais a recolher	2
Impostos e contribuições	67
Caixa líquido aplicado nas operações	(5.142)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.986)
Atividades de financiamento	
Capital inicial	5.016
Integralização de capital	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.016
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	31
No início do exercício	-
No final do exercício	31
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	31

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Liggêro Seguradora S/A. (“**Companhia**”), é uma sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 08 de maio de 2025, conforme deliberação registrada na alteração do contrato social da mesma data.

A Companhia foi autorizada a operar no seguimento S4 nos termos da Portaria SUSEP Nº 75, de 25 de agosto de 2025, conforme processo Susep nº 15414.625551/2025-52.

A companhia tem por objetivo social operar com seguros de danos inicialmente do ramo de automóvel, com atuação em todo território nacional. O início das atividades comerciais está previsto para o exercício de 2026.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

e. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar início a seus negócios no decorrer de 2026 e prosseguir no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de iniciar suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período de 2025, início de sua aprovação pela SUSEP.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

b. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo.

d. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

e. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui contingências ativas e passivas.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são reconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2025		
	sem Rating	Rating BB-	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	31	-	31
Títulos e valores mobiliários		5.096	5.096
Prêmios a receber	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	31	5.096	5.127

Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal.

g. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia.

A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado.

Taxa de juros

A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI.

d. Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

e. Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Bancos conta movimentos	31
Total	31

6. Títulos e valores mobiliários

a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 2 na hierarquia do valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Títulos e valores mobiliários

6.a Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

31/12/2025	Saldo contábil
Valor justo por meio do resultado	
Fundo de Investimentos SAFRA	5.096

b. Movimentação das aplicações financeiras

	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2025
Fundo de Investimentos SAFRA	5.230	-	377	243
Total	5.230	-	377	243

7. Títulos e valores mobiliários

Os créditos tributários e previdenciários são constituídos em função de pagamentos por antecipações ou por retenções por instituições financeiras quando retidos sobre resgates de aplicações.

	31/12/2025
Créditos tributários e previdenciários	
Imposto de renda a compensar	56
Antecipação de imposto de renda	47
Antecipação de contribuição social	24
Total	127

8. Contas a pagar

Trata-se de valores residuais de valores recebidos de sócios da Liggêro Participações antes da constituição da Liggêro Seguradora.

	31/12/2025
Fornecedores	13
Total	13

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda retido de terceiros	0
Pis, Cofins e CSLL retidos de terceiros	2
Total	<u>2</u>

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2025</u>
Cofins faturamentos	2
Pis faturamentos	1
IRPJ sobre o Lucros	40
CSLL sobre o Lucros	24
Total	<u>67</u>

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 5.016.072 ações nominativas, sem valor nominal.

Atos Societários

Foi deliberado, na alteração do contrato social celebrado em 08 de maio de 2025, capital inicial da Companhia no montante de R\$ 5.016.072,00, dividido em 5.016.072 (cinco mil, dezesseis mil e setenta e dois) ações nominativas sem valor nominal. O capital inicial da Companhia foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (Portaria nº.75 de 25/08/2025).

b. Reserva de Lucros

Compõem as reservas de lucros:

- **Legal:** 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e
- **Estatutária:** Dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social.

c. Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada

O quadro abaixo representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

11. Patrimônio líquido ajustado

	31/12/2025
Patrimônio Líquido Contábil	5.172
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-
PLA nível 1	5.172
PLA nível 2	-
PLA nível 3	-
PLA (TOTAL)	5.172
Capital base	3.960
Capital Mínimo Requerido - CMR	3.960
Capital de Risco - CR	-
Capital de Risco de Subscrição	-
Capital de Risco de Crédito	-
Capital de Risco Operacional	-
Risco de Mercado	-
Redução por correlação entre riscos	-
Suficiência de capital	1.212
Suficiência de capital - %	31%

12. Detalhamento das contas de resultado

12a. Despesas administrativas

	31/12/2025
Despesas com serviço de terceiros	- 112
Despesas com localização e funcionamento	- 0
Despesas com publicações	- 4
Total	- 116

12b. Despesas com tributos

	31/12/2025
Cofins	- 18
PIS	- 3
Taxa de fiscalização - Susep	- 94
Outros	- 5
Total	- 120

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12c. Resultado financeiro

	31/12/2025
Receitas com títulos de renda fixa	457
Despesas financeiras	- 1
Total	456
Resultado financeiro	456

13. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/07/2025</u>		<u>31/12/2025</u>	
	<u>Liggêro Seguradora</u>		<u>Liggêro Participações</u>		<u>Consolidado</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil	72	72	149	149	220	220
Ajustes aos prejuízos	-	-	-	-	-	-
Base de Cálculo	72	72	149	149	220	220
Alíquota nominal	0	0	0	0	0	0
Total de tributos	11	11	29	13	40	24

Em decorrência da alteração societária ocorrida ao longo de 2025, na qual a Liggêro Participações foi transformada em Liggêro seguradora S/A., a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi apurada à alíquota de 9% até julho de 2025. A partir de agosto de 2025, passou a ser aplicada a alíquota de 15%, conforme evidenciado no quadro acima.

Dessa forma, os valores de imposto de renda e contribuição social refletem as bases de cálculo individuais de cada período e entidade, bem como a consolidação dos montantes ao final do exercício social.

14. Eventos subsequentes

Reforma Tributária – IBS e CBS (LC nº 214/2025 e EC nº 132/2023)

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela Emenda Constitucional nº 132/2023, os quais substituirão, de forma gradual, tributos atualmente incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, Cofins e ISS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou os potenciais efeitos da Reforma Tributária sobre as operações da Companhia, considerando que o setor de seguros está sujeito ao regime específico de tributação previsto na Lei Complementar nº 214/2025, aplicável às atividades de seguros, resseguros, previdência complementar e capitalização.

Contudo, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram publicados os atos normativos infralegais necessários para a aplicação operacional do novo sistema, incluindo, entre outros: definição das alíquotas aplicáveis ao setor, critérios de apuração das bases de cálculo, regras de creditamento, parâmetros de segregação de operações e diretrizes relativas à emissão e escrituração dos documentos fiscais eletrônicos e declarações próprias do regime específico.

Adicionalmente, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 01/2025, que dispõe sobre os documentos fiscais eletrônicos a serem recepcionados pelos regulamentos do IBS e da CBS no período inicial de implementação do novo modelo, incluindo a Declaração de Regimes Específicos (DeRE), a ser instituída como documento fiscal eletrônico para registro das operações sujeitas ao regime específico. O referido ato estabelece, ainda, que, até a edição da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS e observado o prazo nele previsto, não haverá aplicação de penalidades pela ausência de registro dos campos do IBS e da CBS, sendo a apuração do ano de 2026 realizada em caráter meramente informativo, sem efeitos tributários. Não obstante esses avanços operacionais, permanecem pendentes definições normativas essenciais para a mensuração confiável dos impactos financeiros da Reforma Tributária.

Diante da ausência de regulamentação complementar e da impossibilidade de estimar com confiabilidade os efeitos financeiros decorrentes da implementação do novo modelo tributário, a Administração concluiu que a Reforma Tributária caracteriza evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes, razão pela qual não foram efetuados ajustes nos saldos contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia continuará acompanhando a evolução normativa e realizará a divulgação e o reconhecimento contábil dos impactos quando houver elementos suficientes para sua mensuração confiável.

Não foram identificados eventos subsequentes até o encerramento da presente demonstração financeira.

Diretoria

Rodrigo Vieira de Freitas

Leonardo Gabirobertz Ferreira

Daniel Amorim de Oliveira

Enrico Davite Neto MIBA 1771

Maurício Gonçalves Camilo Pinto – CRC 1SP145786/O-7